



**No Eclipse da História:  
Afonso Celso e o Pensamento Monarquista no Brasil em *Fin-de-Siècle***

Augusto Castanho da Maia Petter<sup>1</sup>

Carlos Henrique Armani<sup>2</sup>

**Resumo:** Pretendemos analisar o pensamento de Afonso Celso, político e intelectual do Império e da Primeira República no Brasil, que se manteve ativo a defender a instituição monárquica durante todo o período em questão. Para levar a cabo tal tarefa, Afonso Celso evocou o passado, o presente e o futuro do Brasil em sua narrativa constituindo uma filosofia da história na qual a nação brasileira era posta como protagonista dentro do quadro geral da história. Sua visão de história era uma rejeição do presente e uma evocação à continuidade com o passado monárquico nacional para deslegitimar a República como integrante da História do Brasil em seu modo de ser. Por último, demonstramos que no interior da filosofia da história de Afonso Celso se encontraram como exemplares da história nacional do Brasil, Dom Pedro II e o Segundo Reinado.

**Palavras-Chave:** Afonso Celso. Crítica, Interpretação. Pensamento Monarquista.

**In Eclipse in History:  
Afonso Celso and the Monarchist Thought in Brazil in *Fin-de-Siècle***

**Abstract:** In this article we intend to analyze the thought of Afonso Celso, politician and intellectual of the Brazilian Empire and of the First Republic, who remained active to defend the monarchical institution during the whole period in question. In order to carry out this task, Afonso Celso evoked the past, the present, and the future of Brazil in his narrative constituting a philosophy of history in which the Brazilian nation was placed as protagonist within the general picture of history. His vision of history was a rejection of the present and an evocation of continuity with the national monarchical past in order to delegitimize the Republic as part of the history of Brazil in its way of being. Finally, we show that within the Afonso Celso's philosophy of history, Dom Pedro II and the Second Kingdom can be found as exemplars of the national history of Brazil.

**Keywords:** Brazil. Afonso Celso. Criticism, Interpretation. Thought Monarchist.

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pelo Programa Applied and Interdisciplinary History Usable Past da National Research University Higher School of Economics (São Petersburgo, Rússia). Graduado em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História Intelectual nos Séculos 19 e 20: Filosofia, Cultura e Política.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) com período sanduiche na Universidade de Coimbra (Portugal). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).



## Introdução

Pretendemos analisar, neste artigo, o pensamento de Afonso Celso, político e intelectual do Império e da Primeira República, que se manteve ativo a defender a instituição monárquica no contexto do fim da monarquia e proclamação da República em 1889. Para levar a cabo tarefa de salvaguarda da monarquia, Afonso Celso evocou o passado, o presente e o futuro do Brasil em sua narrativa, constituindo uma filosofia da história como jogo de linguagem por meio da qual a nação brasileira era posta como protagonista da história. Sua visão de história era uma rejeição do presente e uma evocação à continuidade do passado monárquico nacional a fim de deslegitimar a República como integrante da História do Brasil em seu modo de ser. No interior da filosofia da história de Afonso Celso, encontraram-se como exemplares da história nacional do Brasil, Dom Pedro II e o Segundo Reinado.

Janotti (1998) faz uma divisão dos discursos políticos da Primeira República: o primeiro foi o discurso dos militares, os “senhores de primeira hora”, com as ideias de uma República democrática e de uma ditadura nacionalista. Posteriormente, tornou-se hegemônico o discurso civil até a década de 1920, que preconizava uma República liberal e presidencialista, tendo como ponta de lança o Partido Republicano Paulista. Na sequência, estava o discurso castilhistas, o republicano sul-rio-grandense, composto pelos vencedores da Revolução Federalista. Esse regime era favorável à ditadura republicana com influência teórica do positivismo. E, em quarto, um discurso que perdurou por apenas alguns momentos, o dos monarquistas. Segundo Janotti (1998), estes últimos estruturaram um sólido e coerente discurso de idealização do Império. Além do mais, tais autores eram céticos em relação ao futuro determinista evocado pela filosofia da história positivista, o que dava certo contorno contingencial para suas perspectivas de futuro, ainda que com pretensões de retorno ao passado.

Uma das representações predominantes que persistiu nas interpretações dos intelectuais republicanos e positivistas feitas sobre o Brasil foi da República como fatalidade, como uma obra dos acontecimentos inexoráveis que determinavam o progresso da civilização, dentro da qual o Brasil deveria ocupar um papel de proeminência. Não obstante, havia passados, presentes e futuros concorrenciais, uma arena de disputas em que filosofias da história distintas rivalizavam e polemizavam acerca dos modos de ser civilizacionais a serem



seguidos pelo Brasil. Nesse sentido, além dos socialistas que surgiam para pensar um Brasil alternativo à república oligárquica e à monarquia, havia os monarquistas que constituíram uma representação da história do Brasil que consistia na nostalgia do Segundo Reinado. Foi o caso do pensamento de Celso, do qual trataremos a seguir<sup>3</sup>.

### **Afonso Celso e as Motivações da Escrita**

Afonso Celso pertenceu a um grupo de intelectuais que se formaram no império brasileiro, emplumado pelo *Finis operandi* e empenhado na sua vida tanto política quanto intelectual, buscando, no tecer das suas escritas, o deleite como sua finalidade<sup>4</sup>. Tanto assim foi que sua vida intelectual e política esteve marcada por narrativas românticas e posições movidas por um sentimento monárquico que o ligava a uma instituição contrária a que vivia. Além de sua intensa vida política como porta-voz do regime monárquico (especialmente após 1889), foi escritor, historiador, advogado, professor de direito, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Filho do Visconde de Ouro Preto<sup>5</sup>, Afonso Celso teve contato com a família real desde jovem. Foi representante da província de Minas Gerais no Parlamento Imperial, entre os anos de 1881 até 1889. Após esse período, trabalhou no Jornal do Brasil e foi reitor da Universidade do Rio de Janeiro. Embora tenha sido um adversário do Império em sua juventude, atuando como republicano e abolicionista, converteu-se em um monarquista conservador. Chegou a ser nomeado conde, o Conde de Afonso Celso.

De muitas de suas ideias, Celso é comumente lembrado por ser o expoente e um dos fundadores do pensamento ufanista no Brasil. Sua obra mais conhecida, *Por que Me Ufano de Meu País* (1900), é um convite à interpretação de um Brasil do qual os brasileiros deveriam orgulhar-se. Por muitas vezes, a obra foi tratada de uma forma influente, porém ingênua, especialmente por Celso tê-la escrito para seus filhos, como ensinamento acerca do patriotismo brasileiro, baseando-se na História do Brasil, um país “bondoso, sadio, robusto

---

<sup>3</sup> Trabalharemos as seguintes obras de Afonso Celso: *Vultos e Fatos* (1892), *Aos Monarquistas - artigo* (1895) *Contraditas Monárquicas* (1896), *Oito Anos de Parlamento* (1898), *Por que Me ufano de Meu País* (1900), que contemplam escritos que vão desde tempos ainda monárquicos até o início da segunda década republicana.

<sup>4</sup> Sobre o *Finis operandi*, ver: (HOLANDA, 1995).

<sup>5</sup> Importante estadista do Império e um dos mais leais estadistas do reinado para Dom Pedro II. Na fatídica madrugada de 15 de novembro, atuava como ministro de Dom Pedro II, acompanhando todo o processo de deposição do regime e também acompanhando a família imperial no exílio.



colosso” (CELSO, 1901, p. 11). Nele, o autor apresentou onze motivos do porque se ufanar da nação brasileira, ou seja, os motivos da superioridade do Brasil para com as outras nações do globo. Eram eles: 1) a grandeza física, 2) a beleza, 3) a riqueza, 4) a variedade e amenidade do clima, 5) a ausência de calamidades, 6) os elementos do tipo nacional, 7) o caráter nacional, 8) os fatos de nunca haver sido humilhado nem vencido em batalha, 9) sua forma de proceder para com outros povos, 10) as glórias a colher nele (o futuro do Brasil), 11) a sua história, com ênfase para Dom Pedro II. Sua nação era então dotada da providência, “recebeu o Brasil aquilo que outros países, derramando rios de sangue, imensas dificuldades tiveram em alcançar” (CELSO, 1901, p. 10).

Três anos antes, em 1898, quando publicou *Oito Anos no Parlamento: Reminiscências e Notas*, já estava no fim a primeira década de existência da jovem república. Naquele momento, Afonso Celso escreveu memórias sobre sua vida política para narrar a história do parlamento do império de uma forma apologética e por vezes autorreferencial. Relatando oito anos em que atuou como parlamentar do Império, redigiu essa obra muito mais no seu papel de um historiador do que no de um político, aquilo que poderíamos denominar, seguindo Lacapra (1983), como o “contexto motivacional” de sua obra, que funde biografia e aspectos psicológicos dentro do cenário político.

Celso afirmou, em seu relato, que adentrou na carreira parlamentar como um pessimista, estando ainda preocupado com picuinhas e intrigas políticas, pois já havia tido contato com elas durante a sua experiência na Academia, local de onde, de acordo com ele, vinha com “mente povoada por quimeras e ilusões” (CELSO, 1998 [1898], p. 27). O autor relatou que se surpreendeu com o que encontrou no meio parlamentar. Dentre seus colegas, havia inúmeros que Afonso Celso enxergava na casa parlamentar apenas no dia do pagamento. Mesmo assim, deparou-se com muitos homens que considerava nobres, leais, e fieis à causa cidadã, legítimos indivíduos representantes da política monárquica brasileira. Querendo também enfatizar os traços psicológicos de alguns deputados, Afonso Celso afirmou que, no parlamento, se “produz comumente nos que dele fazem parte a hipertrofia do eu, o exibicionismo” (CELSO, 1998 [1898], p. 99).

Em meio a estes ufanadores do “eu” que tanto criticava, Celso pareceu esquecer que durante sua narrativa, colocava a si mesmo como um dos principais indivíduos que



favoreceram e lutaram pela causa abolicionista. Mesmo como um conservador, via-se capaz de defendê-la. Encontrava-se lá desde os primeiros momentos de parlamentar, de certo modo, como um observador. Na política, para ele, “deve se marchar com a consciência e o coração. O mais hábil estratagemas consiste na honestidade, na retidão, na lealdade para com as pessoas e os princípios” (CELSO, 1998 [1898], p. 125).

Voltamos agora, mais dois anos na vida intelectual de Afonso Celso. *Vultos e Fatos*, de 1892, foi uma obra que, em três semanas, já havia esgotado quatro mil exemplares. Tratava-se de um compilado de memórias ao longo de sua vida, que narravam tanto seus encontros de juventude com os grandes “vultos” da política quando seguia em viagens acompanhando o Visconde de Ouro Preto, quanto de experiências pessoais que marcaram sua vida no Brasil e no exterior. Apesar do intento de descrever seus “Vultos e Fatos”, durante todo o livro, o personagem principal de sua narrativa, direta ou indiretamente, é ele mesmo. Vejamos alguns desses relatos.

Em passeio para ver o Oberamergau, famoso espetáculo do catolicismo, onde, no ano de 1890, estavam “quatro rapazes brasileiros, Eduardo Prado, Paulo Prado, Domicio de Gama e eu, assentados em lugares contíguos” (CELSO, 1896 [1892], p. 277). Presenciou um dos mais notáveis acontecimentos europeus do ano, o *mysterio*. Nesse relato, já estavam presentes características suas que precederiam seu máximo do ufanismo, que apareceria quatro anos mais tarde. Também é possível encontrar suas impressões acerca da conjuntura de pensamento em que a Europa, e com ela, o Ocidente estavam por professar:

Após dezenove séculos de lutas, na era em que os seus inimigos mais se ufanam de superá-la, querendo impor à consciência da humanidade novos ideais e diversa orientação, baseados numa falsa ciência com a qual tencionam derruí-la e cada dia mais a exaltam-ei-la que a despeito de tudo, no meio da Europa descrente e sarcástica, faz ainda, em plena luz, estupendos milagres (CELSO, 1896 [1892], p. 290-291).

Afonso Celso, ainda em seus fatos, falou sobre a sua subida pelo “Vale do Jequitinhonha”. Apresentando o seu romantismo exacerbado, dessa vez, voltou-se para a contemplação da natureza. Expressava seu contato com essa “natureza poderosa e virgem na plenitude das suas expansões mais brutais”, um lugar “terrível, mas imensamente belo!” (CELSO, 1896 [1892], p. 230). Ambiente puro e selvagem, onde se encontravam algumas raças e povos “errádios e antropófagos, ambulantes condensações de treva no físico e no



moral” (CELSO, 1998 [1898], p. 236). A natureza tropical era o orgulho de sua pátria. A “gloria da criação, no teu seio se concretiza a enciclopédia viva do belo e do grande!”. Lugar de medo e estranhamento, e ao mesmo tempo, de beleza e força estupefantes, onde a imaginação floresce. As belezas da natureza nacional,

Diante da poesia de que és feita, empalidecem e desmaiam não já os poemas individuais, em que um gênio único, extraordinário embora, cristalizou as lavas da sua imaginação, mas as epopeias coletivas, colaboradas por gerações, reveladas, sacerdotais, - dramas espantosos, nos quais figuram como comparsas os fenômenos tremendos do planeta e como personagens – deuses, monstros e demônios (CELSO, 1998 [1898], p. 237).

O literato e o político, o romântico e o desiludido, o homem individual e o homem público, o jovem abolicionista e crítico do regime e o amadurecido monarquista de sentimento: tudo isso se fundia em Afonso Celso, especialmente no pós 1889. Foi a partir deste evento que seu pensamento passou a ser marcado por uma forte rejeição pelo presente, ou seja, pela República. Ao elaborar seu discurso de forma a justificar uma regeneração do passado, Celso sonhava com um futuro brasileiro de reconstrução de seu Brasil ideal, o monárquico.

Para isso, Celso dispôs, como faziam os intelectuais polemistas deste período, de modelos civilizacionais históricos como modo de comparação com o “ser brasileiro”, ou seja, no jogo de linguagem que se configurava como uma filosofia da história, as nações apareceriam como parte de um sujeito cujo papel na civilização e na história mundial deveria ser justificado. Dificilmente um discurso acerca da nação se configurava fora de uma grande narrativa que colocava seus modos de ser na decisão da própria identidade.

### **O Advento da República, a Herdeira Ilegítima da Nação**

Em 1895, seis anos passados desde a instauração do regime republicano no Brasil, Celso enunciou uma espécie de Ode, um “último lamento” na tentativa de inspirar e representar os intelectuais monarquistas. Em parte, era uma aposta para que seus interlocutores aceitassem a possibilidade de que qualquer herdeiro de Dom Pedro subisse ao trono para o retorno do regime decadente. Os intelectuais monarquistas não formavam um grupo homogêneo e, em muitos casos, suas ideias divergiam. Para grande parte deles, a restauração ainda não havia ocorrido devido à falta de um “Quem” com características de brasilidade magnânimas o suficiente para substituir Dom Pedro II, ou seja, uma figura que



consubstanciasse o universal civilizatório e sua particularidade nacional, a figura de um herói como síntese do tempo histórico.

Com a finalidade de construir um escudo histórico para defender e fazer emergir nas mentes monarquistas a ideia de uma possível restauração, Afonso Celso questionou a possibilidade de sucesso do retorno monárquico no Brasil, respondendo a si mesmo: “Acho-a mais do que possível: acho-a infalível” (CELSO, 1895, p. 7). Segundo ele, tal proposição se fundamentava nos seguintes motivos:

1) Acreditava que a maioria dos brasileiros, se ainda não havia se tornado, estava por tornar-se monarquista. “Quotidianamente, ir-se-lhe-ão agregando os descontentes, os desiludidos, os amigos de mutuações, os patriotas esclarecidos pela experiência,” e também “as gerações novas, que por força hão de cortejar as glórias do passado, realçadas pela poesia do tempo, com as misérias da atualidade, entusiasmando-se, em virtude da generosidade e cavalheirismo” do qual são partidários, “contra as injustiças e ingratidões cruéis infligidas a Dom Pedro, o Magnânimo, e a Izabel, a Redentora”. E assim “a legenda do Imperador agigantar-se-á com o correr dos anos, revestindo-se de força análoga ou superior à de Napoleão, em França” (CELSO, 1895, p. 12-13);

2) E, seguia: “todos os países monárquicos que se convertem em republica volvem, após um período mais ou menos longo, à monarquia” (CELSO, 1895, p. 12-13). Para fundamentar tais afirmações, o autor expunha como exemplos históricos dessa transitoriedade, a Inglaterra, a Espanha e a França. Dentre os monarquistas, Afonso Celso era um dos poucos autores nacional e internacionalmente prestigiados que aceitavam não apenas a possibilidade de um retorno à monarquia por Dom Pedro. Defendia a transitoriedade do regime mesmo após a morte do imperador, cogitando ainda a possibilidade do retorno por meio da intervenção de Dona Isabel ou mesmo de algum de seus filhos. Estes teriam, para Celso, a possibilidade de ascensão e de restauração melhor que outros que ascenderam nos países supracitados;

3) O próprio Brasil, historicamente, já havia sofrido um “ensaio” do sistema republicano nas suas “mais propicias condições”, mesmo assim, “viu-se obrigado a repudiá-lo”. O referido momento era a regência, um período de trocas periódicas de governantes, de disputa entre partidos que teria sido, para Afonso Celso, uma experiência republicana;



4) Celso argumentava que, caso a forma republicana de governo se mantivesse no Brasil, esta seria a sua “bancarrota”, o que o levou a pensar que potências regionais mais fortes tomariam conta do país. Isso se daria devido à dificuldade desse sistema de manter a unidade nacional. Dessa forma, já é possível encontrar no pensamento de Afonso Celso vestígios de aceitação para a possibilidade de o regime republicano manter-se. Mesmo considerando a República a degeneração da unidade nacional, a totalidade do caráter de transitoriedade desse regime já era posta em dúvida.

A solução apresentada, porém não esgotada, nem sequer suficientemente debatida em seu artigo, apontava para uma espécie de “pan-brasileirismo”. Entretanto, esta poderia ser levada a cabo somente por um representante da tradição nacional, com o exemplo de Dom Pedro II<sup>6</sup>. Afonso Celso pretendeu pôr os monarquistas a postos para defender sua causa monárquica contra um regime que ainda não tinha fechado o seu primeiro século de existência no Brasil. A aproximação desse nacionalismo que permeia o seu pensamento com uma narrativa de história é encontrado diversas vezes em seu pensamento. Fundamentando-se no pensamento de Ernest Renan, o autor demonstrava que de “nada valem as causas que não arrostam riscos e não contam mártires”. E, “nos mártires, escreveu Renan, está a pedra de toque de uma religião; nenhuma verdade se estabelece sem eles” (CELSO, 1895, p. 34).

Afonso Celso, acima de tudo, pregava a:

[...] confiança nos destinos do Brasil. Seria extraordinário absurdo, impossível atentado contra a lógica universal, que de prodigiosas premissas, quais as que nos depara a nossa incomparável natureza física e moral, somente extraíssemos a conclusão do descrédito, da anarquia, do retrogradismo. Os eclipses são fenômenos passageiros. A sombra efêmera que originam não perturba a marcha dos astros! (CELSO, 1895, p. 36).

Assim como Eduardo Prado e Joaquim Nabuco, Afonso Celso também era um intelectual que pensava o suceder do tempo não somente astronomicamente, mas existencialmente, cuja sucessão dos dias era a metáfora astronômica para explicar a condição da incerteza em relação ao que poderia ser perene e o que seria o próprio devir. A mobilização da lógica e de premissas que seriam mais do que válidas – seriam corretas, posto que implicavam um conteúdo de verdade – era um esforço de garantir a segurança de mundo que

---

<sup>6</sup> Compreender quais as relações do “pan-brasileirismo” de Afonso Celso teriam com a monarquia, com a imagem Dom Pedro II, ou mesmo como isso pode ter se convertido ou influenciado no seu posterior pensamento ufanista, é um tema reconhecido por este trabalho como estando em aberto para novas reflexões, das quais não nos vemos inclinados a solucionar.



talvez somente existisse na atmosfera rarefeita daqueles enunciados. A ideia de uma inexorabilidade do futuro, ainda que ambigualmente colocada na contingência da desconfiança em relação ao retorno monárquico, não deixava de ser uma aposta contra a finitude do próprio Brasil, consubstanciado em um modo de civilização monárquico. Não obstante as diferenças políticas entre monarquistas e republicanos, havia uma estrutura de linguagem comum que operava por meio de analogias astronômicas, um modo de naturalizar e transformar em leis físicas as crenças acerca do futuro nacional.

O apelo destes intelectuais monarquistas implicava narrativas que os faziam escapar para um passado ideal, na qual a vivência da experiência concreta da temporalidade como algo intolerável, com a ameaça do não-ser e do devir da realidade, era algo que interpelava existencialmente tais escritores e, particularmente, Celso. Para o autor, a República era o grande eclipse que obscurecia a história nacional do Brasil. A República, que já “começou mal, trazendo em si o gérmen da morte; começou pela traição, pela violência de princípios que não perdoam violações” (CELSO, 1998 [1898], p. 6).

Podemos dizer que, de político da monarquia, no sentido profissional, passou a ser efetivamente, um político monarquista, no sentido intelectual. Começava então “a ser monarquista com todos os seus perigos, no momento em que muitos começaram a ser republicanos, com todas as suas vantagens, a 15 de novembro de 1889” (CELSO, 1998 [1898], p. 131).

O autor enraizava os eventos históricos nacionais, dizendo que “a República, como a Abolição teve causas gerais e profundas, longos antecedentes” (CELSO, 1998 [1898], p. 127). A visão que os políticos republicanos tinham do fim da monarquia, já alguns anos antes da queda do regime, era de que “os edifícios não caem de uma só vez; a história mostra que começam a aluir-se caindo fragmento por fragmento; as enfermidades, as próprias epidemias começam por sintomas precursores” (CELSO, 1998 [1898], p. 133). Para Afonso Celso:

A República tinha que vir. Mas como tinha que vir? Não sou (e nisso me apadrinho com a autoridade de Ernesto Renan), dos que não admitem senão a fatalidade da história. Mas há um momento, diz o eminente escritor, na marcha de uma corrente em que uma pedra determina essa marcha. Uma vez os fatos desencadeados, nada os detêm; entretanto, no começo, tudo é possível. Podia-se evitar a revolução francesa, podia-se chegar ao resultado por ela obtido sem violências tão enormes (CELSO, 1998 [1898], p. 127).



Os acontecimentos provenientes da marcha da história eram inevitáveis. Entretanto, as propriedades que infestavam o seu curso eram oriundas de características fenomenais de acontecimentos anteriores, que dependiam de situações evitáveis em sua origem. Por conseguinte, o curso da história estava para Afonso Celso ainda interligado com a ideia de fatalidade. Por outro lado, havia uma espécie de propriedade ontológica do acontecimento que permitia colocar, ainda que de modo insuficiente, o germe da contingência.

O eclipse em que entrava a História do Brasil estava, de alguma maneira, “escrito nas estrelas” da história nacional. Entretanto, não de uma forma milenar, mas sendo construído por todos os movimentos determinantes dos astros que surgem e se chocam. Estes seriam os pequenos eventos e os indivíduos que povoavam a política e o pensamento brasileiros. O desmoronamento nacional já estava previsto para quem olhasse, com outros olhos, mesmo que a olho nu, tanto para os cometas denominados Abolição e Questão Militar quanto para o curso republicano em que a nação brasileira era carregada.

Esta forma de ver o curso da história aplicava-se “à revolução brasileira”, em que “atribuí-la a este ou àquele sucesso isolado, afirmar que ela não se faria se o general Fulano não estivesse aqui ou ali, se o Imperador se dirigisse a um ponto, em vez de outro, se o político Sicrano, em lugar de Beltrano, houvesse assumido a direção do país”, era, para Afonso Celso, “explicar os acontecimentos históricos como denominado por Voltaire – sistema das causas fúteis” (CELSO, 1998 [1898], p. 127). Dessa forma, todos os pequenos atos e indivíduos concorreram, para o político monarquista, de alguma forma, tanto pela ação, quanto pela inação. Assim, os acontecimentos da história seguiam um curso formado por acontecimentos onde tudo o que os rodeava era um grande conglomerado do acúmulo histórico.

Como Hegel, o filho do Visconde de Ouro Preto fazia apologia a seu regime ideal, no caso, a monarquia constitucional. Segundo Celso, a monarquia constitucional era mais moderna, mais aperfeiçoada do que a república: “Repúblicas de todos os feitios funcionaram há milhares de anos na Grécia. A monarquia parlamentar, qual conhecem a Inglaterra e a Bélgica, somente atingiu”, aponta, “o perfeito funcionamento de seus delicados aparelhos no decorrer do século XIX” (CELSO, 1998 [1898], 128).



Destarte, podemos chegar à conclusão de que a monarquia, apesar de sua “modernidade”, era provida de uma carga histórica que havia atingido seu ponto máximo exatamente no ápice civilizacional do Ocidente, na era da Rainha Vitória. Diferente da república, milenar, que apesar de seu funcionamento, usufruiu de diversas roupagens, sem experimentar um desenvolvimento histórico tão sofisticado. O autor ainda fez o mesmo apontamento, relacionando o presidencialismo e o parlamentarismo, ou seja, o Brasil, além de *ser* monárquico, *era* também, parlamentar. Ele não havia construído sua hierarquia constitucional devido à profundidade temporal, mas por obra da sua formação e complexificação ao longo do tempo, pois “nos países livres, o tempo é elemento indispensável para a mudança de quaisquer instituições” (CELSO, 1898, p. 14).

No mesmo ano de 1898, foi publicado *Contradictas Monarchicas*, seu ataque mais fulminante contra a República. Afonso Celso trabalhou com as proposições feitas por seu amigo Ferreira de Araújo, mostrando a sua posição perante elas. Após demonstrá-las, o autor iniciou a sua contradita em forma de réplicas. Declarou, novamente, acreditar “que a monarquia voltará fatalmente, após o malogro do ensaio republicano” (CELSO, 1898, p. 7).

Dentro desse jogo político, “representamos nós as vítimas; representam eles os perseguidores”. Sendo os monarquistas resolutos, “os paladinos de D. Pedro, o Magnânimo e de D. Izabel, a Redentora, banidos da Pátria que tanto amaram e serviram. Falamos em nome de grandes espoliados” (CELSO, 1898, p. 133).

Outro aspecto a ser lembrado do discurso monarquista é o seu antimilitarismo. O autor alegava que “se o império teve contra si o erro de não haver reprimido oportunamente o espírito de insubordinação nas classes militares,” para ele, “muitíssimo mais grave e mais funesta é a culpa da republica, que não só se constituiu pela rebeldia dessas classes, mas a tem animado, favorecido e premiado” (CELSO, 1898, p. 30).

Para que fosse livrada da mácula dessa longa noite precipitada, seria preciso “criar um regime em que a volta do terror seja impossível. Não nos basta a precária tranquilidade presente. Precisa a nação de garantias para o futuro” (CELSO, 1898, p. 103-104). O autor preconizava que “se o atual regime engendrou a opinião popular, será ao inverso da fábula de Saturno, devorado por seu próprio produto” (CELSO, 1898, p. 10).



Diferentemente de monarquistas como Nabuco e Oliveira Lima, o discurso de Afonso Celso não abarcava uma exaltação da república norte-americana. Para ele, o mal republicano apenas não atingiu a Suíça, “país em condições especialíssimas, que em nenhum outro se encontram.” E, segue:

A República proclamada em 15 de Novembro de 1889 nasceu já tocada da morte. Obra do positivismo infiltrado no exército e na armada, inteiramente em desacordo com os sentimentos e as necessidades do povo brasileiro, a República repudiou a Deus, julgando-o inútil às instituições novas. Não se fizeram esperar os frutos desse falso princípio. Desde logo na ordem social começaram a brotar as sementes da anarquia. Tudo tem sido incerteza e confusão (CELSO, 1898, p. 93).

No ano de 1898, Afonso Celso declarava de forma a parecer estar convicto de que “o desaparecimento da Republica é uma questão de tempo”, uma “instituição sem raízes históricas no Brasil,” de “importação estrangeira contrária às nossas tradições”. Sua impossibilidade era uma impossibilidade histórica, e não poderia ser sustentada, mesmo que tivessem emergido com ela estadistas das mais altas qualidades (CELSO, 1898, p. 100-101).

Mesmo após sua desilusão, Celso ainda invocava a história da monarquia como a grande redentora da história nacional. O seu olhar para o passado tornou-se, de alguma forma, um iluminar para a noite eterna que encerrava o futuro nacional. Dos governantes e do regime sem virtude que tomariam conta da sua nação, o autor afirmou que “nem assim”, nem com o futuro do Brasil em suas mãos, “aqueles maus elementos poderão retardar; nunca impedir a predestinação do Brasil a grandes cousas” (CELSO, 1901, p. 50). “No balanço geral do Brasil figura esta verba compensadora de quaisquer desfalecimentos: Futuro!” (CELSO, 1901, p. 52).

No Brasil, nós “não conhecemos proletariado, nem fortunas colossais que jamais se hão de acumular entre nós, graças aos nossos hábitos e sistema de sucessão”. Não somos partidários do “argentarismo pior que a tirania, nem pauperismo, pior que a escravidão” (CELSO, 190, p. 51). Nos trópicos de Afonso Celso, “com trabalho e honestidade, conquistam-se quaisquer posições” (CELSO, 1901, p. 51). Aqui existe “acessibilidade a tudo, no meio de condições sociais únicas, sem distinção e divergência de classes, em perfeita comunicação e homogeneidade da população” (CELSO, 1901, p. 51). Essa é a principal permanência que se vê no pensamento, desde o romântico, político, otimista ou pessimista Afonso Celso. O fato de acreditar na “esperança constante de uma situação melhor” como



animadora de todos. Para ele, “é esse o eficaz incentivo da indústria humana.” (CELSO, 1901, p. 51).

Confiemos; Ha uma lógica imanente: de tantas premissas de grandeza só sairá grandiosa conclusão. Confiemos em nós próprios, confiemos no porvir, confiemos, sobretudo, em Deus que não nos outorgaria dádivas tão preciosas para que as desperdiçássemos esterilmente. Deus não nos abandonará. Se aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos (CELSO, 1901, p. 199).

Afonso Celso pretendia demonstrar, como “a nossa historia não é pálida e fastidiosa, como alguns afirmam”. Citou, pelo menos, cinco eventos ou sujeitos históricos, que “merecem celebração épica, pois são gloriosos como os mais gloriosos da humanidade. Tratava-se dos jesuítas, dos bandeirantes, da guerra holandesa, da guerra dos Palmares, da retirada da Laguna” (CELSO, 1901, p. 128). O autor chegou a comparar a retirada de Laguna a “um dos feitos mais gloriosos da historia universal”, a saber, “a retirada através da Ásia Menor, quatro séculos antes de Cristo, de dez mil gregos que tinham ido combater a favor de Ciro, o jovem”. Assim aconteceu “graças à coragem, prudência e disciplina dos soldados, atravessam vales, montanhas, rios; vencem traições, assaltos, falta de viveres, discórdias, toda a sorte de perigos; chegam enfim a salvamento” (CELSO, 1901, p. 128).

Sem entrar no mérito do exagero da comparação, o fato é que Celso pretendia encontrar eventos e sujeitos na história do Brasil que pudessem encarnar o espírito universal, algo próximo da filosofia da história hegeliana, com um pendor teológico e providencialista significativo, como podemos notar na citação acima. Celso afirmou que “a nossa história registra sucesso análogo”, no qual as “tropas brasileiras mostraram constância e heroísmo, iguais, senão superiores aos dos gregos, sustentando luta mais terrível, passando por maiores riscos, arrostando piores provações” (CELSO, 1901, p. 172).

Esse relato demonstrava, para Celso, a admirável saga do Brasil com fatos que deveriam ser colocados entre os maiores feitos da história universal. Mas não era qualquer Brasil que era invocado nessas histórias, era o verdadeiro *ser* brasileiro. O Brasil monárquico do Segundo Reinado, reinado de progresso, liberdade e justiça, cuja recordação “enche de reconhecimento todo verdadeiro coração patriota, pois, durante ele, o Brasil exerceu incontestada hegemonia na America do Sul” (CELSO, 1901, p. 175). Era, ainda por cima, o reinado de Dom Pedro II, “Homem de bem na extensão da palavra, muita vez contrariou



importantes interesses, sem que ninguém ousasse lhe atribuir equívocas intenções” (CELSO, 1896 [1892], p. 180). Tal figura era central no discurso nacional de Celso, especialmente por Dom Pedro II condensar o que seria o espírito universal da história que se manifestava na particularidade Brasil através de alguns heróis. Mesmo no início do século XX, quando o discurso de Celso se tornou mais difuso, o Brasil imperial ainda era enaltecido por suas supostas glórias. Tratava-se, para ele, de um modo de civilização, que permaneceria, para além do regime político.

### **Dom Pedro II e o Segundo Reinado: A Autenticidade do “Ser” Brasileiro**

Em contraposição a um modo de estar e não de ser, que definia momentaneamente o Brasil, estava o autêntico Brasil de Celso, o seu interior constitutivo, ou seja, o Segundo Reinado e a figura de Dom Pedro II, que consolidaria a identidade. A monarquia aparecia como integrante e herdeira legítima da história nacional brasileira. E Dom Pedro II e seu Reinado como o ápice civilizacional atingido na História do Brasil. Se o Brasil havia perdido a monarquia na política, ele a havia ganhado no seu ser.

Em *Vultos e Factos*, o diplomata elegeu como seu décimo terceiro e principal vulto o imperador Dom Pedro II. Uma das grandes características atribuídas pelo seu apologista era:

[...] a irradiação superior do seu caráter que consiste na bondade, na tolerância inalterável – com que encara as misérias do mundo –, piedade suprema de filósofo que vive a meditar e a sofrer. [...] Entre os antigos chamar-lhe-iam um estoico; nas épocas de fé viva, um santo talvez; para mim, a denominação – um justo – o define e resume nesta quadra de interesse e egoísmo (CELSO, 1896, p. 138).

Não seria de todo equivocado reconhecer em Dom Pedro II o papel redentor do justo, uma figura que poderia, sob a denominação da santidade, assumir quase uma identidade teológica para Celso. Sua identidade entre o cristianismo católico e o império parecia atingir também o imperador.

Ainda em *Vultos e Factos*, o autor relatou seu contato com o diário de uma acompanhante do Alagoas, vapor que levava os exilados para terras europeias. Celso comentou sobre o segundo dia de dezembro de 1889: “A figura de Dom Pedro II destaca-se dessas páginas com olímpico relevo.” E seguia Celso, expondo o imperador “calmo, sobranceiro, impassível, posto sempre o ânimo em elevadas regiões, sem uma única recriminação, revelando nos menores atos suprema majestade, passa a estudar e a trabalhar os monótonos dias do trajeto” (CELSO, 1896, p. 322). E lá se ia no Alagoas, o representante do



Brasil junto com a instituição monárquica. Ia com “sublime estoicismo! Ninguém, ao observá-lo, diria que semanas antes perdera um trono de modo estupendo, no meio de inauditas ingratidões!” (CELSO, 1896, p. 323). Do outro lado “o Riachuelo”, vapor que levava sobre si uma bandeira “estranha, um plágio da dos Estados Unidos da América do Norte, - estrelas agrupadas n’um ângulo, listras horizontais paralelas. Somente as cores variavam [...] minaz, com a sua marcha incerta, perigosa, às tontas, simbolizava a república” (CELSO, 1896, p. 113). Já o “o Alagoas firme, risonho, tranquilo, levando com segurança ao porto do destino os seus eméritos passageiros, entregues a nobres afazeres –, eis a imagem da Monarquia” (CELSO, 1896, p. 326).

Tal alegoria dos barcos substituía a famosa ideia do trem da história que viria a povoar a cabeça de intelectuais ao longo do século XX. Mais próximo de Homero, Celso via no Alagoas uma espécie de nau que faria o retorno para o ser, a despeito de todas as turbulências que pudessem ser encontradas no mar. Era um modo de ter um Ulisses à brasileira, ainda que Ítaca não fosse no Brasil.

No interior dessa história em que o Brasil estaria fatalmente em “progresso”, assentava em seu pensamento uma prévia transição para a desilusão acerca da restauração. Seu trabalho como historiador já era, em parte, examinar a monarquia “à plena luz. O ativo de seus benefícios sobrepuja consideravelmente os passivos de suas faltas” (CELSO, 1898, p. 81). Faltas que eram reconhecidas, mas sempre justificadas como sendo as melhores medidas possíveis para o momento histórico em que se passavam, ou apenas justificadas pela própria história imperial em sua totalidade.

Celso aceitava que o Império havia errado e não podia deixar de sê-lo. Foi um período no qual teriam sido asseguradas “a livre manifestação do pensamento e a liberdade do cidadão de modo a tal que, por isso, chegaram a acusá-lo de fraqueza os propagandistas mais esforçados da república e que mais abusaram da extrema tolerância daquela época” (CELSO, 1896, p. 32-33). Ele pensava que não poderia haver um “tipo histórico mais suscetível de suscitar entusiasmo que o do magnânimo imperador,” que era “superior em sublimidade ao rei Lear,” e encontrava-se “ainda maior no exílio do que no auge das grandezas,” alguém que mesmo “banido da sua pátria” era “aclamado pela civilização contemporânea em peso” (CELSO, 1896, p. 9).



Para Afonso Celso, a figura de Dom Pedro II teria força suficiente para reger “uma epopeia nacional, análoga à dos Lusíadas, é a história de Dom Pedro II, desde a revolução que lhe embalou o berço até à apoteose dos funerais em Paris” (CELSO, 1896, p. 10). O personagem Dom Pedro II sobre o qual escrevia era um homem de história exemplar, que ia desde o berço, quando ainda não possuía seu título, até seu último segundo, carregado por seus fiéis em terra. Quando deposto, encontrava-se distante de seu trono, que não mais existia. Tratava-se de uma daquelas figuras centrais na definição pedagógica da história como mestra da vida.

Em um tom mais cético em relação ao futuro monárquico, Celso afirmou que o imperador “há de voltar;” se não mais como o governante do seu Brasil, “há de tornar-se legendário a sua memória imortal. Há de voltar triunfalmente, sim, para jazer ao lado dos seus queridos compatriotas,” como “de Santa Helena volveram as cinzas de Napoleão, afim de repousarem nos Inválidos, como ele pedira, junto das de seus bravos” (CELSO, 1910 , p. 182). E, assim, “a história reconhecerá que a glória do Imperador brasileiro é mais alta e mais pura que a do sanguinário Imperador francês, aniquilado em Waterloo” (CELSO, 1910 , p. 182).

Isento de orgulho, mas membro construtor de uma nação na qual todos os seus poderiam se orgulhar. O indivíduo *mor* da História do Brasil representava, para Afonso Celso, a esperança e a salvação nacional. Seu Dom Pedro II, por vezes lhe deu a esperança da restauração, por outras, fez-se para ele como o elemento integrante mais aclamado da História do Brasil, cujo legado para o futuro, mesmo que não fosse mais alicerçado em um regime político monárquico, teria na memória e no modo de ser, no ethos do brasileiro, a sua presença. A figura de Dom Pedro II era o que poderia provocar um olhar para o passado nacional do Brasil que amenizasse as dores do presente obscuro em que supostamente viviam os monarquistas brasileiros de *Fin-de-Siècle*. Destarte, transfigurar-se-ia o Brasil, em um país “para-o-futuro”. Se o regime era republicano, seu modo de ser seria monárquico.

A transitoriedade do regime republicano, agora incerta na sua duração, seria superada de forma retórica. Não mais por meio de uma restauração, ou a deposição de seu regime, mas para Afonso Celso, por meio do engrandecimento nacional, da legítima História do Brasil, a garantia de uma memória do Brasil Imperial e de Dom Pedro II para o futuro.



### Considerações Finais

O pensamento de Afonso Celso pode ser objeto de outras reflexões na história intelectual do Brasil. Celso possui um vasto repertório de discursos que abrange desde seu período literário e romântico, que não foi explorado aqui, até o seu caráter político, pós-golpe republicano. Sua visão de mundo foi permeada por uma conjuntura temporal que o fez construir identidades, agindo ativamente como um dos interlocutores do falecido regime monárquico. Atuou como um verdadeiro intelectual que espelhou e contribuiu para o seu tempo histórico. As comparações com outros Estados nacionais não fez dele somente um ufanista, mas um crítico do imperialismo europeu e do pan-americanismo.

Os debates acerca da constituição da nação brasileira, do ser nacional do Brasil estão normalmente imbuídos em um amálgama temporal que remete às narrativas do passado, o que demonstra a indissociabilidade do discurso nacional com as filosofias da história. Em fins do século XIX e início do século XX, o Ocidente e mundo ocidentalizado estavam em um período em que a modernidade apresentava sua face de forma cada vez mais disforme e incerta, revelando-se ser mais ansiosa e instável do que imaginavam as gerações anteriores. Nesse momento, a História do Brasil passou pela ruptura Império-República.

Nesse contexto, Dom Pedro II e o Segundo Reinado foram vistos por Afonso Celso como parte do ápice de uma história da civilização mundial, na qual o Brasil estava inserido. Ápice que foi rompido por um evento, historicamente explicável como uma fatalidade, um acúmulo histórico de outros acontecimentos, e mesmo como parte de um progresso/regresso que atingia o *Fin-de-Siècle*. A visão “eclíptica” da República brasileira foi apenas um dos recursos discursivos de construção de uma autenticidade monárquica para a história nacional.

Outrossim, dentre as narrativas nacionais que buscaram apreender o que era o Brasil, este artigo procurou contemplar um exemplo de visão que reconheceu como o componente ideal do Brasil o indivíduo Dom Pedro II, o período mais elevado da história nacional o Segundo Reinado e a instituição monárquica como a legítima forma de governo que poderia contemplar a prosperidade do Brasil ou, mais do que isso, ser seu legítimo ser, para além da república. Se o Brasil monárquico havia sido derrotado na política, ele seria vencedor na memória.



## Referências

- ARMANI, Carlos Henrique. **Discursos da nação**: historicidade e identidade nacional no Brasil em fins do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- ARMANI, Carlos Henrique. Exterior constitutivo e interior transitivo os comportamentos identitários do Brasil e seus outros no pensamento de Eduardo Prado. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXI, n. 1, jun. 2005.
- BAUMER, Franklin L. **O pensamento europeu moderno**: séculos IX e XX. Lisboa: edições 70, 1990.
- CELSO, Afonso. **Aos monarchistas**. Rio de Janeiro: Domingo de Magalhães Editor, 1895.
- CELSO, Afonso. **Contradictas monarchicas**. Rio de Janeiro: Domingo de Magalhães Livreiro Editor, 1898.
- CELSO, Afonso. **Oito anos e parlamento**: reminiscências e notas. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CELSO, Afonso. **Porque me ufano de meu paiz**. 2 ed. Rio de Janeiro: LAMMERT, 1901.
- CELSO, Afonso. **Vultos e factos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães Editor, 1896.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da república. In: FREITAS, Marcos Cozar de. (Org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**, São Paulo/Bragança Paulista: Contexto/ Ed. Da USF, 1998.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da república**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC/Rio, 2006.
- LACAPRA, Dominick. rethinking intellectual history and reading texts. In: LACAPRA, Dominick. **Rethinking intellectual history**: texts, contexts, language. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.